PROCESSO : 20212801900001 E-PAT 006.104
RECURSO : VOLUNTÁRIO N° 241/2023
RECORRENTE : C PASTRO COM. E BENEFICIAMENTO DE CAFE LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
RELATÓRIO : N° 013/23/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

02 - VOTO DO RELATOR

O auto de infração foi lavrado, no dia 04/08/2021, em razão de o sujeito passivo ter adquirido/recebido sacas de café desacompanhas de documento fiscal, pois em levantamento físico-quantitativo realizado em 11/05/2021, foi constatado no estoque quantidade de mercadorias superiores às adquiridas, após a dedução das saídas realizadas. Diante disso, foi cobrado o imposto e aplicada a multa de 100% do valor do imposto incidente sobre o valor da operação, pela aquisição, recebimento, posse, e estocagem, depósito, desacompanhadas do documento fiscal próprio – a penalidade prevista no artigo 77, VII, “e”, item 2, da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi notificado pelo DET, com ciência em 10/08/2021, apresentou peça defensiva tempestivamente alegando que foi considerado no lançamento nota fiscal de saída emitida no dia da contagem do estoque, porém, após o horário que foi realizado, que o método utilizado pelo fisco não levou em consideração as quantidades de café cru e beneficiado, se afastando da realidade, requereu, ao final, a improcedência do Auto de Infração. Submetido a julgamento de 1ª Instância, o julgador singular após analisar os autos e a peça impugnativa, considerou comprovada a infração, decidindo pela procedência da ação fiscal.

A empresa foi notificada da decisão singular pelo DET, com ciência em 16/11/2021. Inconformado com a decisão, interpôs o Recurso Voluntário, requerendo a improcedência do Auto de Infração pelas mesmas razões alegadas na impugnação de defesa apresentada na instância singular. Reforçou sua tese quanto a Nota Fiscal de Saída N° 274 emitida em 11/05/2021, porém, após a contagem do estoque e apresenta uma planilha, refazendo os cálculos daquilo que compreende como devido.

É o breve relato.

02.1- Da análise dos autos e fundamentos do voto.

A exigência tributária decorreu do fato de a empresa ter adquirido/recebido e mantido em estoque sacas de café desacompanhas de documento fiscal.

O dispositivo da penalidade indicado (art. 77, VII, “e”, item 2, da Lei 688/96) estabelece a multa de 100% do valor do imposto incidente sobre o valor da operação, pela aquisição, importação, recebimento, posse, transporte, estocagem, depósito, venda, exportação, remessa ou entrega de mercadorias desacompanhadas do documento fiscal próprio ou em situação fiscal irregular.

Do que constam nos autos, restou incontroverso a quantidade de 1.104 sacas de café existente no estoque da empresa, em 11/05/2021, na data da contagem, o que restou controvertido foram as quantidades das entradas e das saídas, e parte da quantidade recebida sem documento fiscal.

Da análise dos autos, verifica-se que o lançamento efetuado foi fundamentado no demonstrativo - Apuração Quantitativo, cujo resultado deriva de informações do inventário do dia 31/12/2020, constante da escrita fiscal (fls. 34), das operações de entradas e de devolução de café, das saídas realizadas pela autuada e do Termo de Contagem Física de Mercadorias, do dia 11 de maio de 2021 (fl. 10), feito pelos autuantes, junto com o funcionário da empresa, que declarou no documento, ter acompanhado a conferência do estoque de produtos ali armazenados.

A empresa, em sua defesa, informa que a Nfe Nº 274 emitida em 11/05/2021, no mesmo dia em que ocorreu a contagem de estoque, a operação foi realizada após o horário da Contagem Física de Mercadorias, e apresenta planilha com apuração de entradas e saídas, com resultados menores do que chegou o levantamento.

Da análise dos documentos apresentados, não se sustenta a alegação da defesa no tocantes às quantidades do estoque inicial, nem quanto as suas entradas, pois essas informações constam dos documentos emitidos ou declarados pela autuada (Inventário EFD/SPED e Notas Fiscais) e, nas planilhas apresentada na defesa para se contrapor ao levantamento fiscal, ficou de fora algumas notas de saída, levando a resultado diferente do concluído pela fiscalização.

Já com relação a sua alegação sobre as quantidades de mantidas em estoques, razão assiste à empresa, pois, de fato, a Nfe Nº 274, emitida em 11/05/2021, conforme “PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO – 31121000769728 11/05/2021 19:12:38”, foi autorizada às 19:12 horas, horário de Brasília, portanto, depois da contagem do estoque realizada no período da manhã. Logo, essa nota deve ser excluída do levantamento fiscal, não podendo, para esse procedimento, ser considerada como quantidade de saída.

Assim, conforme as provas dos autos, restou-se evidenciado que a empresa mantinha em seus estoques mercadorias desacobertada de notas fiscais. Pois,

como tinha em estoque, em 31/12/2020, 239 sacas de café (informação do inventário), somados as notas de entradas, numa quantidade de 2.672 sacas (2537 aquisição +135 devolução), e deduzidas as saídas realizadas 2.460,46 (3010,46 – 550 Nfe 274 excluída) deveria ter em seu estoque **450,64 sacas** (239 EI + 2.672 Entradas – 2.460,46 Saídas), estoque acobertado por documento fiscal.

Contudo, na contagem física realizada em 11/05/2021 – Termo de Contagem Física de Mercadorias (fl. 10) existiam, em seus estoques, **1.104 sacas** armazenadas, portanto, em quantidade superior ao estoque com nota fiscal. Ou seja, **653,46 sacas** (1.104 – 450,64) foram recebidas e mantidas em seus estoques desacobertas de notas fiscais, o que configura infração à legislação tributária, logo, parte do lançamento efetuado, por meio deste Auto de Infração, é devido.

Dessa forma, e com a exclusão do levantamento das 550 sacas referentes à Nfe Nº 274, emitida após a contagem de estoque, o ICMS devido é de **R\$ 41.659,71** (653,46 sacas x R\$ 364,30 valor da saca x 17,5 % alíquota). Com isso, o crédito tributário passa de seu valor original de R\$ 154.487,22 para **R\$ 83.884,16**, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Crédito Tributário	Original	Excluído	Devido
Tributo ICMS	76.723,58	35.063,87	41.659,71
Multa de 100% - Valor do imposto	76.723,58	35.063,87	41.659,71
Correção Monetária	1.040,06	475,32	564,74
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	154.487,22	70.603,06	83.884,16

De todo o exposto e por tudo que dos autos consta, conheço do recurso voluntário interposto para em parte dar-lhe provimento, alterando a decisão singular de procedente para parcial procedência da ação fiscal.

É como VOTO.

Porto Velho, 15 de abril de 2024.

AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
AFTE Cad. 587
RELATOR/JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20212801900001 - E-PAT 006.104
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 241/2023
RECORRENTE : C PASTRO COM. E BENEFICIAMENTO DE CAFE LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA

RELATÓRIO : Nº 013/2023/1.ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 061/2024/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – FALTA DE PAGAMENTO DE ICMS – MANTER MERCADORIA EM ESTOQUE DESACOMPANHADA DE NOTA FISCAL – OCORRÊNCIA EM PARTE - Restou provado, por meio de levantamento de estoques, que a empresa mantinha em estoque 653,46 sacas de café desacobertada de nota fiscal. Pois, em 31/12/2020, tinha em estoques 239 sacas de café (informação do inventário) e, conforme as notas fiscais recebidas teve entrada de 2.672 sacas e saída de 2460,46 sacas, logo, deveria ter em seu estoque 450,64 sacas (239 EI + 2.672 Entradas – 2.460,46 Saídas). Contudo, na contagem física realizada em 11/05/2021, constatou-se que existiam 1.104 sacas armazenadas. Com isso, restou comprovado que 653,46 (1.104 – 450,64) sacas foram recebidas e mantidas em seus estoques em situação irregular – desacobertadas de notas fiscais. Excluída do lançamento a NFe 274, emitida em 11/05/2021 às 19:12:38, após o levantamento do estoque. Infração ilidida em parte. Alterada a decisão de procedência para parcial procedência do Auto de Infração. Recurso Voluntário parcialmente provido. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para no final dar-lhe parcial provimento, reformando a decisão de Primeira Instância de procedente para **PARCIAL PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Amarildo Ibiapina Alvarenga, acompanhado pelos julgadores Dyego Alves de Melo, Leonardo Martins Gorayeb e Reinaldo do Nascimento Silva.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL : *CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE
DATA DO LANÇAMENTO 04/08/2021: R\$ 154.487,22 : *R\$ 83.884,16
*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE REMANESCENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.

TATE, Sala de Sessões, 15 de abril de 2024.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Amarildo Ibiapina Alvarenga
Julgador/Relator